à efectividade regulada pelas disposições dos artigos 18.º e 19.º da lei de 14 de Junho de 1913.

§ único. Depois de colocados os adidos na efectividade, far-se hão as promoções necessárias ao preenchimento das vacaturas de diferentes categorias, regulando-se esse provimento pelas disposições em vigor do decreto n.º 5:640, de 10 de Maio de 1919.

Art. 4.º São considerados suprimidos os lugares de praticantes que ficarem vagos depois do provimento a que se referem os artigos anteriores.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário e este decreto entra imediatamente em vigor.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento o execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 24 de Janeiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Divisão Fiscal de Via e Obras

Portaria n.º 5:184

Tendo a The Match and Tobacco Timber Supply Cº, com sede nesta cidade, Rua de S. Julião, 139, concessionária do Caminho de Ferro Mineiro do Lena, submetido à aprovação da Direcção Geral de Caminhos de Ferro o regulamento n.º 6 para o pessoal de via, chefe de lanço, do distrito, assentadores de via, guardas de passagem de nível e guardas fios: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, concordando ccm o parecer da Direcção Geral de Caminhos de Ferro, que seja aprovado o regulamento n.º 6, pessoal de via, chefe de lanço, do distrito, assentadores de via, guardas de passagem de nível e guarda-fios, apresentado pela The Match and Tobacco Timber Supply Cº, concessionária do Caminho de Ferro Mineiro do Lena, para uso do referido pessoal na mencionada linha férrea.

Paços do Governo da República, 19 de Janeiro de 1928.—O Ministro do Comércio e Comunicações, Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa.

Delegação do Governo
nos Caminhos de Ferro do Estado

Decreto n.º 14:967

Tendo deixado de existir, em consequência do arrendamento da exploração das linhas férreas do Estado à Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, as entidades oficiais que faziam parte dos corpos gerentes da Providência do Ferroviário do Minho e Douro, instituída por decreto n.º 11:752, de 22 de Maio de 1926;

Considerando que, por falta de parte dos corpos gerentes, não tem podido a referida instituição efectivar os benefícios consignados no estatuto aprovado por aquele decreto, facto que está causando embaraços aos herdeiros dos contribuintes e à própria vida da instituição, cujas razões de existência subsistem a despeito do citado arrendamento, porquanto o pessoal, na sua quasi totalidade, continua no desempenho das suas anteriores funções:

Considerando que tal estado de cousas provocou um natural decrescimento do número de contribuintes, que é de immediata necessidade compensar, para garantia da instituição e dos benefícios que lhe são atribuídos;

Usando da faculdade que mo confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações:

Hoi por bem decretar:

Artigo 1.º Os cargos do presidente, secretário o tesoureiro da comissão administrativa da Providência do Ferroviário do Minho e Douro, bem como os de presidente da assemblea geral e do conselho fiscal da mesma instituição, passam a ser occupados por funcionários da Direcção Geral de Caminhos de Ferro, a nomear pelo respectivo director geral.

§ único. A primeira nomeação deverá efectuar-se no prazo máximo de oito dias a contar da publicação do presente diploma.

Art. 2.º É facultada aos funcionários da Direcção Geral de Caminhos de Ferro a inscrição como contribuintes da referida instituição, nos termos do estatuto aprovado pelo decreto n.º 11:752, alterado pelo presente diploma.

Art. 3.º (transitório). É prorrogado por mais seis meses, a contar da data da publicação deste decreto, o prazo a que se refere o § 1.º, alínea a), do artigo 5.º do citado estatuto.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Janeiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa.